

Campus Porto Velho Zona Norte
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD

MARIA LÚCIA ALENCAR SILVA DE OLIVEIRA

**GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**

PORTO VELHO
2025

MARIA LÚCIA ALENCAR SILVA DE OLIVEIRA

**GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD, sob a orientação do professora Dra. Isabel Cristina Bento.

PORTO VELHO

2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Oliveira, Maria Lúcia Alencar Silva de.
Gestão escolar na inclusão de alunos com transtorno do espectro autista no Brasil: revisão integrativa sobre desafios e estratégias /
Maria Lúcia Alencar Silva de Oliveira. - Porto Velho, 2025.
27 f. : il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Isabel Cristina Bento.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em
Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2025.

1. Transtorno do espectro autista. 2. Gestão escolar. 3. Educação especial. 4. Políticas públicas educacionais. I. Bento, Isabel Cristina (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Marlene Fouz da Silva, CRB-11/946

MARIA LÚCIA ALENCAR SILVA DE OLIVEIRA

**GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS**

Artigo entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de tecnólogo, junto ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EAD, sob a orientação do professora Dra. Isabel Cristina Bento.

Aprovado em: 26/08/2025 pela banca examinadora.

Membro da Banca: Prof. Me. Diego Alexandre Duarte

Membro da Banca : Especialista Idan Luiz Souza Santos

Orientadora: Prof^a Dr^a Isabel Cristina Bento

GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

RESUMO: Este estudo teve como objetivo identificar a atuação do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil, analisando desafios e estratégias para aprimorar práticas inclusivas. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, com busca nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Inicialmente, 671 trabalhos foram identificados, dos quais cinco textos alinharam-se aos objetivos da pesquisa. Os resultados indicaram que o gestor escolar desempenha papel central na implementação de ações inclusivas, na formação continuada de profissionais e na articulação entre políticas públicas, equipe escolar e famílias. Entre os desafios mais comuns estão resistência institucional, falta de formação específica, escassez de recursos pedagógicos e descontinuidade das políticas públicas. As estratégias adotadas envolvem capacitação contínua, envolvimento da comunidade escolar, projetos pedagógicos inclusivos e uso de tecnologias assistivas. Destaca-se a importância da formação permanente e do suporte institucional para fortalecer a gestão escolar inclusiva. Conclui-se que, apesar dos avanços, a efetivação da inclusão de alunos com TEA depende da colaboração entre todos os atores escolares, investimentos em políticas públicas e construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e a equidade.

PALAVRAS-CHAVE: transtorno do espectro autista; gestão escolar; educação especial; políticas públicas educacionais.

SCHOOL MANAGEMENT IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER IN BRAZIL: AN INTEGRATIVE REVIEW ON CHALLENGES AND STRATEGIES

ABSTRACT: This study aimed to identify the role of school principals in the process of including students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Brazil, analyzing challenges and strategies to improve inclusive practices. An integrative literature review was conducted using the databases Scientific Electronic Library Online (SciELO), CAPES Journals, and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). Initially, 671 studies were identified, of which five met the objectives of this research. The results indicated that school management plays a central role in implementing inclusive actions, providing continuous professional development, and coordinating efforts among public policies, school staff, and families. The most common challenges include institutional resistance, lack of specific training, scarcity of educational resources, and discontinuity of public policies. Strategies adopted involve ongoing training, engagement of the school community, development of inclusive pedagogical projects, and the use of assistive technologies. The importance of continuous professional development and institutional support is highlighted to strengthen inclusive school management. It is concluded that, despite progress, the effective inclusion of students with ASD

depends on collaboration among all school stakeholders, investments in public policies, and the development of a school culture that values diversity and equity.

KEYWORDS: autism spectrum disorder; school management; special education; educational public policies.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um tema de grande relevância social, científica e institucional. Socialmente, compreender os desafios enfrentados por essas crianças e divulgar informações sobre o tema contribui para sensibilizar a comunidade, promovendo um ambiente escolar mais acolhedor, diverso e livre de preconceitos. No campo das ciências sociais aplicadas, esta pesquisa aprofunda o conhecimento sobre políticas públicas, práticas pedagógicas e gestão educacional, com foco na educação inclusiva. Além disso, os dados analisados podem subsidiar decisões mais eficazes na formulação e implementação de políticas educacionais inclusivas.

O TEA é caracterizado por padrões restritos de comportamento, dificuldades na comunicação verbal e na interação social, além de forte apego à rotina (APA, 2014; Estevão, 2024). Conforme Bonfim *et al.* (2020), o TEA provoca diversas transformações na vida das crianças e de suas famílias, demandando intervenções específicas e contínuas, como a terapia ABA, amplamente utilizada para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos com TEA. Ribeiro (2020) destaca que o sucesso na inclusão escolar depende da realização de adequações pedagógicas que respeitem a diversidade e promovam o aprendizado significativo.

O aumento no número de diagnósticos evidencia a urgência do tema. Segundo dados do Ministério da Saúde (2022), houve 9,6 milhões de atendimentos ambulatoriais para pessoas com TEA, sendo 4,1 milhões para crianças de até 9 anos. O Ministério Público do Paraná (2023) estima que cerca de 2 milhões de brasileiros estejam no espectro autista, representando 1% da população. Contudo, no Brasil, a falta de dados oficiais e as dificuldades metodológicas ainda limitam a compreensão plena da prevalência do TEA (Bonfim *et al.*, 2020). No estado de Rondônia, há cerca de 2.620 estudantes autistas, e o governo tem buscado ampliar o suporte educacional para esse público (Haverroth, 2025).

No âmbito legal, o direito à educação inclusiva para alunos com TEA está garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e pela Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. A gestão escolar desempenha papel fundamental na inclusão, sendo necessário que os gestores

atuem de forma colaborativa para superar barreiras administrativas, oferecendo apoio, recursos e incentivos à equipe pedagógica. A ausência de participação ativa da gestão pode comprometer o processo inclusivo, reforçando a importância da atuação integrada e multidisciplinar (Costa, Schmidt; Camargo, 2020).

Sendo assim, este estudo se justifica por sua importância social, ao fomentar a inclusão com empatia e respeito, e por sua contribuição científica e institucional, ao analisar criticamente as políticas públicas e práticas educacionais relacionadas à inclusão de alunos com TEA. Os dados analisados possibilitam um diagnóstico das ações da gestão escolar, destacando as potencialidades e os desafios na efetivação da educação inclusiva.

Diante do disposto, o presente estudo teve como objetivo identificar a atuação do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no Brasil, destacando desafios e estratégias para aprimorar a prática inclusiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) que, em seu artigo 206, defende a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. No artigo 208, estabelece o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esse princípio é reforçado pela Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), que em seu artigo 4º, inciso III, garante a oferta gratuita do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, em todos os níveis e modalidades de ensino.

A Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais (Brasil, 2012). Essa legislação, juntamente com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), fortalece o direito à educação inclusiva com acessibilidade, apoio escolar e recursos adequados (Brasil, 2015).

Os princípios de equidade e garantia de aprendizagem para todos fundamentam a inclusão como responsabilidade compartilhada entre escola, poder público e sociedade. No entanto, para que esse direito se concretize, é necessário romper barreiras históricas, sociais e pedagógicas.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e comportamentos restritivos e repetitivos, com início nos primeiros anos de vida, embora nem sempre os sinais sejam imediatamente identificáveis. O termo “espectro” refere-se à ampla variação nos níveis de comprometimento e nas necessidades de apoio dos indivíduos com TEA, que podem ir de leves a intensas (Dsm-5, 2014).

Entre as principais características do TEA estão a dificuldade na reciprocidade social, padrões de linguagem atípicos, rigidez comportamental e interesses restritos. O tratamento do TEA não busca a cura, mas sim o desenvolvimento de habilidades adaptativas por meio de intervenções precoces e contínuas, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), terapias ocupacionais, acompanhamento educacional especializado e envolvimento familiar (Cavalcante *et al.*, 2023).

A inclusão de estudantes com TEA no ambiente escolar é parte essencial do processo de socialização e de construção de autonomia. Nesse sentido, o papel da escola e da gestão escolar torna-se fundamental para garantir estratégias pedagógicas adequadas, o acolhimento desses estudantes e a construção de um ambiente de respeito à diversidade (Oliveira, Vasques, 2018).

A atuação da gestão escolar deve se pautar na promoção de uma cultura inclusiva. Isso inclui o planejamento de ações voltadas à formação continuada dos professores, a facilitação de recursos e a articulação com a rede de apoio intersetorial. O gestor é, portanto, um agente mobilizador de mudanças que favorecem a permanência e a aprendizagem dos alunos com TEA.

Contudo, os desafios ainda são significativos. A falta de formação específica dos profissionais da educação, a escassez de apoio técnico e pedagógico, a ausência de infraestrutura acessível e a dificuldade na implementação das normativas são obstáculos frequentes. Muitos professores relatam insegurança ao

lidar com comportamentos desafiadores e falta de preparo para adaptar as estratégias de ensino às necessidades dos alunos com TEA (Silva et.al, 2025).

Embora o Brasil possua um conjunto robusto de legislações que garantem o direito à inclusão, como a: Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que regula o AEE; o Decreto nº 10.502/2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2020); e o Parecer CNE/CP nº 50/2023, que reforça o direito à educação para estudantes com deficiência em situação de maior vulnerabilidade, ainda há um abismo entre o previsto nas normas e a realidade vivida por estudantes e suas famílias (Brasil, 2023).

O artigo 2º da Lei nº 12.764/2012 destaca como diretrizes a intersetorialidade no desenvolvimento de políticas, a participação da comunidade e o atendimento integral à pessoa com TEA (Brasil, 2012). Além disso, a mesma lei, em seu inciso VII, ressalta a importância da formação e capacitação de profissionais especializados, bem como de familiares e responsáveis.

A Lei nº 13.146/2015 também contribui com dispositivos importantes, como o reconhecimento do profissional de apoio escolar e a definição de tecnologia assistiva como um direito que favorece a autonomia e a inclusão dos estudantes com deficiência. (Brasil, 2015).

Nesse contexto, destaca-se a relevância do diálogo entre a escola, a comunidade escolar e as famílias. O fortalecimento dessa relação é apontado por (Dias *et al.*,2022) como uma dimensão essencial dos processos de inclusão, juntamente com a articulação com parceiros externos que possam contribuir com recursos e apoio técnico.

É urgente que as políticas públicas voltadas à inclusão escolar sejam acompanhadas por ações concretas, planejadas e sustentáveis, conforme orientam a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e o Escritório Internacional de Educação (UNESCO-OIE). Essas diretrizes destacam a necessidade de uma abordagem sistêmica e integrada, na qual todas as dimensões do sistema educacional, como currículos, metodologias pedagógicas, formação docente, gestão escolar e organização dos espaços, sejam repensadas para atender à diversidade dos educandos (OEI; UNESCO-OIE, 2018).

No contexto da inclusão de estudantes com TEA, isso implica ir além da matrícula e da presença física na escola. É necessário assegurar condições reais de participação, aprendizagem significativa e desenvolvimento integral. Para alcançar esse objetivo, recomenda-se investir na formação continuada de professores e gestores, no acesso a recursos e tecnologias assistivas, no fortalecimento do apoio intersetorial e na escuta ativa das famílias e da comunidade escolar. Como ressaltado por Lins (2024), a inclusão deve ser compreendida como elemento central da qualidade educacional, e não como uma política paralela ou pontual.

Por fim, as ações propostas devem estar alinhadas a uma concepção de educação inclusiva capaz de gerar impacto duradouro e transversal, influenciando políticas públicas, currículos, práticas pedagógicas, redes de ensino, ambientes de aprendizagem, alunos e professores. Essa transformação requer uma abordagem robusta e sustentável de mudança sistêmica (OEI; UNESCO-OIE, 2018).

Nesse sentido, garantir o direito à educação inclusiva para alunos com TEA exige não apenas legislação e normativas, mas também comprometimento institucional e gestão participativa, de modo que o acolhimento e a permanência desses estudantes ocorram de maneira equitativa e respeitosa à sua singularidade.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, estruturada como uma revisão integrativa da literatura, que tem por finalidade reunir e sintetizar os resultados de pesquisas anteriores sobre um determinado tema, de forma sistemática e ordenada, permitindo ampla compreensão da produção científica existente. A revisão integrativa permite a inclusão de estudos com diferentes abordagens metodológicas, promovendo uma análise crítica do conhecimento já produzido e identificando lacunas a serem preenchidas por novas investigações (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

O processo da revisão integrativa foi desenvolvido em seis etapas, conforme preconizado por Souza, Silva e Carvalho (2010): 1) elaboração da pergunta norteadora; 2) definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos; 3) seleção da amostra nas bases de dados; 4) categorização dos estudos incluídos; 5) análise

e interpretação dos resultados; 6) apresentação da revisão com discussão dos achados.

A primeira etapa consistiu na formulação da pergunta norteadora, sendo ela: Como o gestor escolar participa da processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e quais são os desafios e estratégias envolvidas nesse processo no Brasil?

Na segunda etapa, foram definidos os critérios de inclusão: artigos científicos, relatos de experiência, estudos de caso, dissertações, teses e documentos oficiais que abordassem diretamente a atuação da gestão escolar no processo de inclusão de alunos com TEA, publicados em português. Optou-se por restringir a busca a publicações em língua portuguesa, considerando que a realidade educacional brasileira apresenta especificidades que podem não ser contempladas em estudos internacionais. Além disso, a inclusão de materiais em português favorece a análise de práticas, políticas e legislações aplicáveis ao contexto nacional, garantindo maior relevância e aplicabilidade dos achados para a discussão proposta.

Foram excluídos: artigos de revisão (narrativa, integrativa ou sistemática, com ou sem metanálise), trabalhos de conclusão de curso de graduação, textos que não tratassem especificamente da temática, documentos indisponíveis na íntegra, duplicados entre bases e produções em outros idiomas sem tradução.

Na terceira etapa, a busca foi realizada nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Periódicos da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O recorte temporal compreendeu o período de janeiro de 2014 a abril de 2025, com o objetivo de identificar produções recentes e relevantes sobre a temática.

As palavras-chave utilizadas foram: “Transtorno do Espectro Autista”, “educação inclusiva”, “gestão escolar”, “educação especial” e “políticas públicas educacionais”, combinadas com os operadores booleanos AND e OR, conforme a especificidade de cada base.

Para a seleção dos estudos foi feita a leitura dos títulos, análise dos resumos e leitura completa dos textos considerados elegíveis. Apenas os artigos que atenderam aos critérios de inclusão compuseram a amostra final da revisão. Os

achados foram apresentados por meio de uma tabela contendo: autor/país/idioma, objetivo, tipo de estudo, qual foi a participação do gestor, desafios e estratégias.

Por se tratar de uma revisão integrativa com base em dados secundários de domínio público, sem envolvimento direto de seres humanos, não foi necessária submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510, de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados um total de 676 artigos, que após a leitura dos títulos, análise dos resumos, verificou-se que 5 artigos satisfaziam os critérios estabelecidos dando origem a amostra final deste estudo. O processo de seleção e exclusão dos artigos por base de dados é mostrado na Figura 1.

Figura 1 – Processo de seleção e exclusão de artigos por base de dados

Artigos	SciELO	Periódicos CAPES	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	Total
 Encontrados na pesquisa	7	200	469	676
 Excluídos do estudo	7	199	465	671
 Incluídos no estudo	0	1	4	5

Fonte: elaborado no Napkin AI (2025).

Ao analisar a amostra final, verificou-se que, dos cinco estudos incluídos, 60% (n=3) eram dissertações, 20% (n=1) correspondeu a uma tese de doutorado e 20% (n=1) um artigo científico, todos publicados em português.

As três dissertações apresentaram abordagem qualitativa, baseadas em entrevistas com gestores escolares e professores (Hernandes, 2021; Mozetti, 2021; Lins, 2014). Essas pesquisas foram realizadas em escolas públicas de ensino

fundamental, localizadas em contextos urbanos, e tinham como objetivo compreender práticas e desafios da inclusão de estudantes com TEA. A tese de doutorado consistiu em um estudo de caso desenvolvido em uma escola de tempo integral, também da rede pública, buscando analisar as estratégias de gestão para promover a inclusão (Lepke, 2019). Já o artigo científico utilizou questionários aplicados a gestores e docentes, permitindo identificar percepções e dificuldades enfrentadas na implementação das políticas inclusivas (Sousa *et al.*, 2024).

Quanto ao processo de busca, inicialmente foram localizados diversos estudos, mas a maior parte não atendeu aos critérios de inclusão definidos. Entre os trabalhos excluídos, predominavam artigos sobre práticas pedagógicas de professores na educação infantil, pesquisas com familiares sobre a percepção dos sinais do TEA, monografias, revisões bibliográficas e estudos relacionados à formação docente e adaptação curricular. Embora relevantes para a área, esses textos não abordavam especificamente a atuação do gestor escolar no processo de inclusão, o que justificou sua exclusão.

Diante disso, percebe-se uma lacuna importante na literatura: há uma quantidade limitada de estudos voltados à participação e atuação dos gestores escolares na inclusão de alunos com TEA. Isso evidencia a necessidade de ampliar as pesquisas nessa temática, considerando que a gestão é elemento central para efetivar as políticas públicas de educação inclusiva.

Quadro 2 - Caracterização dos estudos sobre a participação da gestão escolar na inclusão de alunos com TEA

Autor / País / Idioma	Hernandes (2021) /Brasil/ Português	Lepke (2019)/ Brasil / Português
Objetivo	Analisar, no contexto da Rede Regular de Ensino e na Educação Especial de que maneira os professores compreendem o que é Educação Inclusiva e as políticas públicas educacionais referentes a inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e como são colocadas em prática	Analisar como as políticas educacionais, na perspectiva da inclusão, orientam os gestores de escolas públicas da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e são por eles interpretadas
Tipo de estudo	Estudo de caso	Estudo de caso
Atuação do gestor escolar	Adaptações escolares para a inclusão dos estudantes, Integração família e escola na inclusão do estudantes promover a inclusão, facilitar a inclusão	Os gestores são responsáveis por traduzir políticas inclusivas em prática escolar: articulam democraticamente, gerenciam recursos humanos e financeiros, e interpretam regulamentos sobre Inclusão, Sala de Recursos Multifuncionais e Programa Escola Acessível
Desafios	Falta de acompanhamento da família, dificuldade adaptativa curricular, estrutural e do ambiente	Muitos gestores desconhecem, ignoram ou negligenciam as políticas de inclusão; responsabilizam as Escolas Especiais; há escassez de recursos materiais e humanos; falta clareza e regulamentação em documentos; burocracia e contexto institucional frágil
Estratégias	Treinamento e preparo dos profissionais Educação Especial; Realizar adequações para a direcionar a prestação de serviço	Embora poucos adotem estratégias plenas, há esforços de articulação democrática da escola; gestão dos recursos disponíveis; interpretação das políticas no Projeto político pedagógico; ainda é necessário investimento na leitura, discussão e aplicação efetiva das políticas inclusivas

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Quadro 2 - Caracterização dos estudos sobre a participação da gestão escolar na inclusão de alunos com TEA - Continuação

Autor / País / Idioma	Lins (2024) / Brasil / Português	Mozetti (2021)/ Brasil/ Português
Objetivo	Analisar o processo de inclusão educacional de estudantes com TEA, considerando as possíveis repercussões do Plano Estadual de Educação de Pernambuco – PEE/PE (2015-2025) no âmbito das escolas de tempo integral	Analisar as práticas pedagógicas e os recursos que contribuem para a aprendizagem do(a) estudante com o TEA em sala de aula regular de escolas públicas municipais.
Tipo de estudo	Estudo qualitativo	Estudo qualitativo
Atuação do gestor escolar	Facilita a inclusão, promove capacitação, articula com famílias e redes de apoio, busca recursos para adequação	Reorganizar e liderar mudanças na escola; Conhecer a realidade da comunidade escolar; Trabalhar em parceria com todos os envolvidos no processo educativo; Atuar de forma participativa e ativa no cotidiano da escola.
Desafios	Falta de formação específica, resistência escolar, falta de recursos, dificuldade em adaptar currículo e ambiente	Necessidade de mudança na cultura organizacional da escola; Exigência de preparo técnico e sensibilidade para lidar com a diversidade; falta de recursos; dificuldades em potencializar a relação entre gestão e inclusão diante da resistência escola
Estratégias	Capacitação continuada, adaptação metodológica, articulação entre escola, família e serviços, sensibilização da comunidade escolar	Acompanhamento atento do cotidiano escolar para identificar falhas e propor soluções; Promoção de práticas colaborativas entre equipe gestora, professores e comunidade; Fortalecimento da liderança gestora com foco na construção de uma escola inclusiva; Uso de técnicas de gestão que favoreçam o trabalho em equipe e o acolhimento da diversidade

Fonte: elaborado pela autora (2025).

Quadro 2 - Caracterização dos estudos sobre a participação da gestão escolar na inclusão de alunos com TEA - Continuação

Autor / País / Idioma	Sousa et al (2024) / Brasil / Português
Objetivo	Investigar as contribuições do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com o Transtorno do Espectro Autista –TEA na opinião de gestores e professores de duas escolas da cidade de São Gonçalo do Piauí
Tipo de estudo	Estudo qualitativo
Atuação do gestor escolar	O gestor escolar é responsável por implementar ações que promovam a inclusão, coordenar projetos e formar professores.
Desafios	Resistência institucional, falta de formação adequada dos profissionais, carência de recursos e preconceito.
Estratégias	Capacitação contínua dos profissionais, envolvimento da comunidade escolar, criação de projetos pedagógicos inclusivos.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O Quadro 2 apresenta a caracterização dos estudos sobre a participação da gestão escolar na inclusão de alunos com TEA. Os estudos encontrados demonstram que a atuação do gestor escolar é central para a consolidação de práticas inclusivas voltadas a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em diferentes contextos, identifica-se que a liderança da gestão influencia diretamente a cultura escolar, as práticas pedagógicas e o desenvolvimento de ações voltadas à inclusão.

Segundo Lepke (2019), os contextos analisados representam tentativas de compreender a dinâmica da gestão, mesmo no âmbito da escola pública. Identificam-se dois cenários distintos quanto à gestão escolar no setor público: um marcado por maior aproximação e outro por distanciamentos. Entre as dificuldades apontadas, destaca-se a influência da localização territorial. Escolas situadas em áreas centrais das cidades apresentam maior facilidade, oferecendo aos gestores certa flexibilidade quanto ao acesso a recursos financeiros, recursos humanos e manutenção da estrutura física. Em contrapartida, em escolas localizadas em regiões mais afastadas, os gestores enfrentam desafios significativos para manter o

funcionamento, sobretudo no que se refere à aprendizagem e competitividade, diante da escassez de recursos financeiros fornecidos pela mantenedora para garantir serviços básicos.

Hernandes (2021) também aponta dificuldades para configurar uma educação inclusiva capaz de atender às peculiaridades dos estudantes, especialmente no contexto das escolas particulares. Apesar da oferta de profissionais de apoio escolar para crianças com TEA, muitas vezes esses profissionais não possuem domínio ou manejo comportamental adequado. Essa limitação leva algumas famílias a optarem pela contratação de especialistas externos ou professores auxiliares. No mesmo contexto, destaca-se ainda a falta de acompanhamento por parte das famílias, que não participam ativamente do processo educacional nem das ações desenvolvidas pela escola.

O gestor atua como articulador entre políticas públicas, equipe escolar, famílias e serviços de apoio. Sua capacidade de promover o diálogo e alinhar práticas pedagógicas com as necessidades dos estudantes é um fator relevante na construção de uma escola inclusiva (Sousa *et al.*, 2024; Mozetti, 2021). A Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reforça a importância do papel da gestão escolar na garantia dos direitos desses alunos, destacando a necessidade de ambientes educacionais inclusivos e adaptados (Brasil, 2012).

A formação permanente dos gestores deve ser orientada pelo desenvolvimento de atitudes e habilidades fundamentadas na formação continuada, com o objetivo de aprimorar a capacidade de atendimento às demandas escolares. Essa qualificação é essencial para a construção de ações afirmativas que assegurem a pluralidade de forma democrática e contribuam para o processo de inclusão escolar de estudantes com TEA e outras necessidades diversas. Observa-se que o aumento significativo das matrículas desse público nas escolas impõe novos desafios, exigindo dos gestores maior preparo, atualização constante e envolvimento em pesquisas que possibilitem compreender os fenômenos presentes na realidade educacional e, assim, implementar práticas efetivas de gestão inclusiva (Sousa *et al.*, 2024).

No entanto, estudos evidenciaram avanços, mas também apontam obstáculos significativos à efetivação da educação inclusiva, tais como carência de formação específica, escassez de recursos pedagógicos e de apoio especializado,

além da descontinuidade das políticas públicas. Tais barreiras comprometem a implementação de ações consistentes e sustentáveis (Sousa et al., 2024; Ribeiro, 2020; Mozetti, 2021; Dias, 2021).

O trabalho com grupos heterogêneos, compostos por estudantes com diferentes necessidades, exige dos profissionais da escola não apenas respeito às diferenças, mas também habilidades de relacionamento interpessoal e estratégias de gestão adequadas para promover a inclusão (Mozetti, 2021). Nesse sentido, a gestão escolar precisa assumir um papel ativo na reestruturação de processos e na liderança das mudanças institucionais, considerando que a falta de conhecimento sobre o autismo, tanto por parte de gestores quanto de docentes, interfere diretamente na aprendizagem e na implementação de práticas inclusivas (Sousa et al., 2024).

A efetivação da inclusão requer ação coletiva entre todos os atores escolares, uma vez que docentes, gestores e demais profissionais desempenham papéis complementares. A escola deve assumir a responsabilidade de fornecer suporte pedagógico e estrutural, adotando uma abordagem abrangente que envolva: formação continuada da equipe, ampliação e atualização das políticas institucionais, identificação das necessidades e interesses dos estudantes com TEA, adaptação dos ambientes escolares, elaboração de planos educacionais individualizados (PEI) e uso de recursos tecnológicos assistivos. Essas medidas são fundamentais para garantir equidade nas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, promovendo uma cultura escolar inclusiva (Ribeiro, 2020).

Mozetti (2021) ressalta que a construção de ambientes acessíveis e a adoção de estratégias diversificadas de ensino, aliadas ao uso de tecnologias assistivas, são fundamentais para garantir o acesso ao currículo. Nesse contexto, a participação ativa da família e da equipe pedagógica é indispensável, especialmente na elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), que orienta a prática pedagógica considerando as potencialidades e necessidades específicas de cada estudante com TEA. Esse planejamento possibilita definir métodos, recursos e materiais adequados para favorecer a aprendizagem e monitorar o desenvolvimento do aluno. Além disso, o estudo aponta que os gestores enfrentam desafios como a falta de materiais pedagógicos adequados, escassez de técnicas de comunicação alternativa, deficiências na formação docente e a alta rotatividade de professores

auxiliares, fatores que evidenciam a discrepância entre as diretrizes das políticas públicas e sua efetiva aplicação.

Desde modo, destaca-se a importância de investimentos em formação continuada para gestores e equipes escolares, bem como da criação de estruturas de apoio que favoreçam práticas pedagógicas inclusivas. E ainda, a importância de investimentos em formação continuada para gestores e equipes escolares, assim como da criação de estruturas de apoio que favoreçam práticas pedagógicas inclusivas (Ribeiro, 2020).

A inclusão só se torna efetiva quando há uma reestruturação pedagógica e administrativa da escola, com foco na oferta de um atendimento educacional de qualidade para todos os estudantes. Nessa perspectiva, a gestão desempenha papel central na articulação entre professores das salas regulares, docentes da Educação Especial e demais profissionais, envolvendo também as famílias como parte essencial da rede de apoio. Momentos de encontro, como reuniões de pais e conselhos de classe, configuram espaços fundamentais para consolidar um trabalho coletivo comprometido com a inclusão (Santos; Oliveira, 2021)

A efetividade das políticas inclusivas depende ainda da construção de sociedades que valorizem a equidade e o desenvolvimento sustentável. Ações colaborativas entre diferentes níveis de governo, participação ativa da sociedade civil e mecanismos de monitoramento são estratégias que ampliam a eficiência das políticas sociais e educacionais (Fernandes, 2023). Quando a gestão escolar compreende esses desafios e busca soluções articuladas, contribui para a promoção da inclusão, favorecendo práticas que fortaleçam uma escola mais justa e democrática.

Para enfrentar as defasagens, algumas estratégias incluem a reorganização do Plano de Ação, documento que orienta o currículo durante o ano letivo, além da implementação de planos de recuperação contínua e a criação de agrupamentos intencionais, voltados ao desenvolvimento de habilidades essenciais. Também se destacam ações de reorganização escolar, voltadas para ajustar práticas pedagógicas às necessidades reais dos alunos (Lins, 2024). Nesse sentido, é fundamental que as escolas reestruturem seus currículos e recursos, garantindo respostas às diversidades de aprendizagem e às especificidades dos estudantes com TEA. O planejamento deve dialogar com as mudanças sociais e assegurar o direito à educação inclusiva.

A efetivação dessas políticas exige, ainda, a revisão e o cumprimento de normativas, como as apontadas no Parecer CNE/CP nº 50/2023), que traz orientações sobre documentos comprobatórios, aquisição de materiais acessíveis, além de diretrizes para organização e monitoramento das práticas inclusivas (Brasil, 2023). A análise dessas orientações evidencia que a inclusão deve ocorrer em todo o ambiente escolar, não se limitando às salas de recursos multifuncionais, mas integrando-se de forma transversal às práticas pedagógicas e estruturais.

Além dos achados apresentados, é importante destacar que o campo da gestão escolar para a inclusão de alunos com TEA pode se beneficiar do uso de tecnologias educacionais personalizadas e do fortalecimento da colaboração entre escolas, famílias e serviços de saúde. A incorporação de ferramentas digitais facilita a adaptação curricular e a comunicação, ampliando a efetividade das práticas inclusivas (Assunção et al., 2024; Rodrigues et al., 2024). Além disso, a formação continuada focada no desenvolvimento das competências socioemocionais dos gestores pode contribuir para uma liderança mais empática e colaborativa, fundamental para enfrentar os desafios da inclusão.

Por fim, compreende-se que a atuação do gestor escolar na inclusão de estudantes com TEA não pode depender apenas da vontade individual. É necessário que ele contribua para o fortalecimento das políticas públicas ao aplicar as diretrizes inclusivas no dia a dia da escola, promover formações continuadas para a equipe, estabelecer diálogo com as secretarias de educação e buscar parcerias com instituições especializadas. Também é papel do gestor garantir o uso adequado dos recursos destinados à inclusão, como materiais acessíveis, profissionais de apoio e adaptações no espaço escolar. Essas ações tornam possível a construção de práticas inclusivas consistentes e duradouras (Correia, 2025).

As principais limitações do estudo referem-se ao próprio delineamento da revisão integrativa, que, embora permita uma visão ampla e sistematizada do conhecimento existente, não oferece aprofundamento empírico sobre a realidade prática das escolas.

A escassez de dados primários impossibilita a compreensão direta das experiências vividas por gestores escolares, o que poderia enriquecer a análise. Além disso, percebeu-se pela pesquisa, que muitos estudos ainda se mostram concentrados nos desafios da inclusão, com menor presença de estudos que

descrevam práticas já consolidadas ou estratégias inovadoras aplicadas com sucesso.

Por outro lado, o estudo apresenta importantes pontos positivos. Realizou-se um levantamento criterioso em bases de dados confiáveis, o que assegura a credibilidade das informações analisadas. A seleção de estudos atualizados e pertinentes permitiu mapear evidências relevantes sobre o papel da gestão escolar na inclusão de estudantes com TEA. O diálogo com os marcos legais e normativos, como a LBI (Lei nº 13.146/2015) (Brasil, 2015), a Lei nº 12.764/2012 (Brasil, 2012) e o Parecer CNE/CP nº 50 (2023) (Brasil, 2023), fortalece o embasamento teórico e jurídico da discussão. Além disso, o trabalho oferece subsídios para a formação de gestores e para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às necessidades da educação inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da complexidade da gestão escolar na perspectiva da inclusão de alunos com TEA, com base no levantamento bibliográfico, evidenciou que muitos estudos ainda se concentram nas práticas docentes e nas dificuldades enfrentadas pelos discentes, revelando uma lacuna na literatura em relação ao papel e às atribuições das equipes gestoras. Esse cenário demonstra a necessidade de mais pesquisas voltadas à prática da gestão, à reestruturação e às mudanças essenciais para o fortalecimento da liderança escolar diante dos desafios da inclusão.

Torna-se fundamental promover estratégias que favoreçam a colaboração entre escolas e famílias, apoiadas por formação continuada e por elementos estratégicos que assegurem a qualidade do ensino, considerando as características individuais de cada discente e as especificidades dos diferentes contextos urbanos, rurais, públicos e privados.

Diante disso, é imprescindível reconhecer a relevância da formação continuada para gestores educacionais, acompanhada de suporte institucional e políticas públicas adequadas, especialmente em função da complexidade das demandas apresentadas por estudantes com TEA. Esses aspectos reforçam a importância de uma gestão participativa, qualificada e comprometida com a promoção de práticas inclusivas.

Embora a formação seja um fator essencial, também se destaca a necessidade de fortalecimento das políticas públicas, investimentos estruturais e consolidação de uma cultura escolar inclusiva, de modo que os alunos com TEA possam desenvolver plenamente seu potencial por meio de práticas pedagógicas eficazes.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa estimular novos estudos sobre a atuação dos gestores escolares e contribuir para a construção de abordagens mais consistentes da cultura inclusiva, fundamentadas em profissionais qualificados, com competências socioemocionais desenvolvidas e conhecimento aprofundado do processo de inclusão de alunos com TEA.

6 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014, p948.

ASSUNÇÃO, P. H. S ; PEREIRA, P. L. F.; LOPES, A. S. B; CÂMARA, S. C. X. da. **Tecnologias Digitais na Educação para a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão bibliográfica**. In: ENCONTRO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS , **Anais [...]**. 2024.. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024 . p. 66-73. Disponível em: <https://doi.org/10.5753/encompif.2024.2511>. Acesso em: 20 de JUN. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 . out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 3 abril. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 1, 28 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 19 fev 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 8 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n.º 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 1 out. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação . **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 dez 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016**. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abril 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Transtorno do Espectro do Autismo: aspectos clínicos e epidemiológicos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/tea-saiba-o-que-e-o-transtorno-do-espectro-autista-e-como-o-sus-tem-dado-assistencia-a-pacientes-e-familiares>. Acesso em: 18 dez 2024.

BRASIL. **Reanálise do parecer, CNE/CP nº 50, de 5 de dezembro de 2023**, que tratou das Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento a Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Brasília: Conselho Nacional de Educação. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=265021-pcp050-23-reanalise&category_slug=dezembro-2023-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 9 maio. 2025.

BONFIM, T. A.; GIACON, A.B.C.C; HERMES, U.C; GALERA,S.A.F; MARCHETI, M. A Vivências familiares na descoberta do Transtorno do Espectro Autista: implicações para a enfermagem familiar. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, DF, v. 73, n. 6, 2020. p 1-9. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0489> . Acesso em: 25 jan. 2025.

CAVALCANTE S, S; COSTA,F. B. P.Y; ROCHA, L. F. DE O; CORREIA, R. F. DE O; LUSTOSA,G. M. P; VIANA, N. C.P.Benefícios da Análise do Comportamento Aplicada para Intervenção Precoce no Transtorno do Espectro Autista (TEA) **Research, Society and Development**, v. 12, n. 3, e10812340531, 2023Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i3.40531>. Acesso em: 15 jan. 2025.

CORREIA, E. D. Transtorno do Espectro do Autismo e Políticas Educacionais: entre a legislação e a prática escolar. **Entre Polos e Confluências: diálogos acadêmicos multitemáticos**, v. 3, n. 24, p. 208–212, 2025. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/601>. Acesso em: 30 junho 2025.

COSTA, D. da S; SCHMIDT, C; CAMARGO, S. P. H. Plano Educacional Individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**.Rio de Janeiro,RJ, v. 28, n5, p.1-24, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280098>. Acesso em: 20 jan 2025.

DIAS, C. M. S. L.; HARDOIM, E. L.; CECCONELLO, M. dos S.; ARRUDA, R. S. de. Indicadores qualitativos na escolarização de estudantes com transtorno do espectro autista no contexto da educação inclusiva. **Revista Educação Especial, [S. l.]**, v. 35, p. e26/1–22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X68038>. Acesso em:8 maio. 2025.

ESTEVÃO, A. R. M; RUTHES, V. de A, ROBERTO, V.B.T.N.M; GUISSO, F.L; MORENO, A.C.B; BORGES, M.E. Serviços de urgência no contexto da pandemia de Covid-19: vivência das famílias de crianças com autismo. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba - PR v. 29, n 6,e 93349, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ce.v29i0.93349> . Acesso em: 6 maio 2025.

FERNANDES E. C.;LIMA J.T. G. P. de. Desafios Da Gestão Pública Para A Implementação De Políticas De Inclusão Social: Um Estudo Bibliográfico. **Revista FT**, v.27, n 128, 2023. Disponível em:
DOI: 10.5281/zenodo.10116935 Acesso em: 10 jul 2025

HAVERROTH. R. **Governo de RO amplia ações de inclusão para alunos autistas na rede estadual. Secom** - Governo de Rondônia. Porto Velho: 03 abr. 2025. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-ro-amplia-acoes-de-inclusao-para-alunos-autistas-na-rede-estadual/>. Acesso em: 9 maio 2025.

HERNANDES, C. M.**Transtorno do espectro autista: a prática com ênfase nas políticas públicas educacionais inclusivas**. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação)Universidade do Oeste Paulista (Unoeste Presidente Prudente),2021. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/handle/jspui/1395>. Acesso em: 15 maio. 2025.

LEPKE, S. **O gestor da escola pública da região noroeste do Rio Grande do Sul: políticas educacionais na perspectiva da inclusão**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de Caxias do Sul (UCS), 2019.Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/4835>. Acesso em: 15 abril. 2025.

LINS, L. P.**Políticas de inclusão educacional para estudantes com transtorno doespectro autista em Escolas de Tempo Integral de Pernambuco** . 2024. 160 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. 2024.Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/57519> Acesso em: 15 maio. 2025.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 08 jun 2025.

MOZETTI.F. C. de S. **A educação inclusiva para crianças com transtorno do espectro autista (tea) em escolas públicas municipais**. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca - SP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/be008c7c-7500-4a38-b224-b8a17e383afa/content>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ (MPPR). Correiio da Saúde – Edição nº 1212, de 12 abril .2023. **Estados Unidos mantém Rede de Monitoramento de Deficiências no Desenvolvimento e Autismo**. Paraná: Ministério Publico Paraná, 2023. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/saude/Pagina/Correio-da-Saude-Edicao-ndeg-1212-de-12042023>.Acesso em: 15 maio 2025.

OLIVEIRA,I. C. VASQUES,M.I.Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar **Cadernos de Pesquisa** , v. 48, n.169, p. 876-900, 2018.Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145341> Acesso em: 15 jan. 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (OEI) E ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO (UNESCO-OIE). OEI; UNESCO-OIE. **Ibero-américa inclusiva: guia para garantir a inclusão e a equidade na educação na ibero-américa**. Brasília: UNESCO, 2018.

Disponível em:

<https://oei.int/wp-content/uploads/2018/12/ibero-america-inclusiva-guia-para-garantir-a-inclusao-na-ibero-america.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2025.

RIBEIRO, J. J. Educação inclusiva e os desafios para formação de docente. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 84–95, 2020. Disponível em: DOI.10.26673/tes.v16i1.13316 Acesso em: m 20 fev 2025.

RODRIGUES, J. S. L.; GAMA, A. M.; OLÍMPIO, C.; RIBEIRO, G. C.; TOMAZ, I. D. M.; CARDOSO, M. do S. F.; ROCHA, M. E. R. D.; VIEIRA, P. D. G. A Função da tecnologia na inclusão de alunos com autismo em sala de aula. **International Contemporary Management Review**, v. 5, n. 3, p. e204, 2024. Disponível em DOI: <https://doi.org/10.54033/icmrv5n3-037> . Acesso em: 14 jun. 2025.

SANTOS, J. P.; OLIVEIRA, F. S. Políticas públicas e práticas docentes na inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 27, p. 345-360, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SILVA, A. R. da; SILVA, A. O.da; REIS, D. C. A; SILVA, C. R. M. da; FERREIRA, W. S. Inclusão Escolar De Crianças Com Autismo: Desafios E Estratégias No Centro Municipal De Educação Infantil Mãezinha Do Céu Em Grajaú-Ma. **Revista Acadêmica Online**, v. 11, n. 55, p. e461, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.36238/2359-5787.2025.V11N55.461>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SOUSA, A. de F.; SANTOS,E. de M. dos S.;SOUSA,R. de N.;ROCHA, D.C. da C. ; NETO, G. L. de O. ;OLIVEIRA,L G.F. de;OLIVEIRA N. G. N. de ;SOARES,M.F. ; SOARES, N. P.Gestão inclusiva: contribuições do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com o Transtorno do Espectro Autista – TEA na opinião de gestores e professores de duas escolas da cidade de São Gonçalo do Piauí. Curitiba, v.21, n.9, p. 01-24. 2024.**Revista cadero pedagogico** Disponível em:DOI: 10.54033/cadpedv21n9-192 Acesso em: 11 maio. 2025.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun 2025.